



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

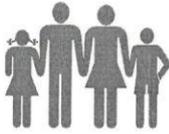
13/06/2016 - Comitê de Investimentos

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos treze dias mês de junho de dois mil e dezesseis, às catorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Silvia Moraes Stefani Lima e Sirleide da Silva. O Conselheiro Osieo Hecher tem falta justificada por questões médicas. Aberta os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório das Aplicações Financeiras**, conforme processo **IPMU/063/2016**. O mês de maio foi marcado pelos acontecimentos no campo político. Ocorreu o afastamento temporário da presidente Dilma, com mudança de Governo e posse de novos Ministros. O front econômico ficou totalmente a mercê do andamento das medidas anunciadas pelo novo Governo. Isso tudo tem trazido volatilidade e incertezas para os mercados de Renda Fixa, Ações e Câmbio, fazendo com que os gestores tenham dificuldade em tomar posições direcionais de forma estrutural. As apostas são em posições de curto prazo que possam ser desmontadas. Por outro lado a sinalização e a condução de medidas concretas que melhorem as contas públicas no decorrer do tempo poderão restabelecer um ambiente de confiança, permitindo que ocorra a retomada de investimentos, inclusive os de longo prazo. O mercado deverá permanecer focado no andamento dos fatos políticos, com consequências para a economia. **ESTADOS UNIDOS**. Após dois meses de uma maior calma nos mercados, dados os menores riscos de recessão global e as expectativas de um ciclo mais ameno de alta de juros nos EUA, o mês de maio foi marcado por algumas surpresas que colocaram um ponto de interrogação nas perspectivas de uma continuidade de melhora nos ativos de economias emergentes. A inflação muito baixa e a perda recente de dinamismo do mercado de trabalho são dois fatores que tendem a reforçar a expectativa de aumento de juros a um ritmo muito gradual nos Estados Unidos. Dificilmente o Fed partirá para uma normalização rápida da política monetária. Para que uma alta de juros tenha uma maior probabilidade de acontecer, não só os indicadores econômicos terão que apresentar substancial melhora, como também a inflação terá que mostrar números mais altos. Acredita-se que o modesto crescimento da atividade este ano, o aperto das condições financeiras nos últimos meses e a postura mais cautelosa do Fed quanto ao balanço de riscos para economia e inflação, devem levar a autoridade monetária a subir os juros apenas uma vez no ano, provavelmente em setembro. **CHINA**. Após recuperação da economia chinesa no primeiro trimestre, problemas antigos permanecem no radar. Dados sugerem que a recuperação da economia observada no primeiro trimestre começa a perder fôlego. Com isso, as preocupações com a elevada alavancagem e os riscos advindos do sistema financeiro permanecem no radar. Assim, os analistas econômicos além de acreditarem que o crescimento da economia voltará a cair no segundo semestre, devem estar atentos aos próximos passos da política econômica, à medida que isso ditará o comportamento dos mercados, bem como a intensidade da desaceleração à frente. Para alguns analistas, a recente melhora da economia foi basicamente movida pelos antigos estímulos voltados aos investimentos, liderados por empresas estatais. **Zona do Euro**. Apesar de registrar leve melhora em relação a abril, a inflação da Zona do Euro voltou a ficar negativa em maio, perfazendo uma retração em termos anuais de -0,1%. Este foi o quarto mês consecutivo que a inflação deixou de variar positivamente, em que pese a recente ampliação do pacote de medidas de estímulo monetário implementado pelo Banco Central Europeu. Para os anos de 2016, 2017 e 2018 são projetadas as respectivas taxas de 0,2%, 1,66% e 1,8%, todas abaixo dos 2% estipulados pela autoridade monetária local. **BRASIL**. De forma geral, os dados econômicos divulgados ao longo de maio pouco fizeram para alterar as percepções do mercado e dos agentes econômicos em relação às perspectivas para a economia brasileira neste ano, que incluem um quadro de atividade em declínio e inflação alta. No entanto, há razões para esperar que a situação se mostre mais benigna a partir de 2017, quando o ritmo de expansão dos preços já terá apresentado uma desaceleração relevante, e quando o nível de confiança se mostre compatível com expansão da atividade. Apesar de tímida, as Pesquisas Focus seguem indicando melhora nas projeções do PIB para o biênio 2016/2017. As últimas quatro publicações sinalizaram queda na retração esperada para 2016, passando de -3,89% para -3,71%. No mesmo sentido, as projeções para atividade industrial também apresentaram leve melhora, passando de -5,95% para -5,90%. Para 2017, o crescimento esperado do PIB pulou de 0,5% para 0,85%, enquanto a produção industrial variou de 0,74% para 1%. Boa parte do otimismo acerca de uma menor retração em 2016 e de um maior crescimento em 2017 reside na expectativa de queda da inflação e dos juros no curto e médio prazo, o que permitiria uma retomada do nível de investimento da economia brasileira. O ajuste fiscal começa a tomar corpo com o anúncio das principais diretrizes que devem guiar as contas públicas nos próximos anos. Mudanças na



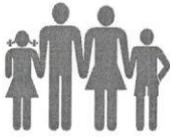
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

diretoria do Banco Central devem postergar o início do ciclo de queda de juros para o último trimestre desse ano. Inflação ainda elevada e PIB negativo persistem. Taxa de juro deve se manter estável, com baixa probabilidade de subida, pois a economia ainda não mostra sinais de recuperação a curto prazo. A economia atravessa sua pior crise econômica desde o início da série histórica do PIB (1901). O Brasil perdeu a capacidade de gerar um superávit primário fiscal suficiente para estabilizar a relação dívida/PIB, levando a uma série de rebaixamentos da classificação de risco soberano, atualmente em perspectiva negativa em todas as três principais agências. Previsões de níveis de dívida bruta atingindo 80 ou 90% do PIB nos próximos dois ou três anos são agora comuns. Analistas reconhecem a importância de avançar com as reformas estruturais, em especial a da previdência. **Dólar.** Em um mês em que o Fed deu mostra de estar disposto a subir as taxas de juros, o dólar se valorizou em relação a todas as moedas. O dólar encerrou maio com valorização de 5,01%, após três meses seguidos de baixa. No ano a moeda acumula desvalorização de 8,50%. **Inflação.** O Índice Geral de Preços Mercado (IGPM) acelerou a alta a 0,82%, diante da pressão generalizada dos preços no atacado e no varejo. Acumula valorização de 4,15% no ano e 11,09% nos últimos doze meses. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC apresentou variação de 0,98% em maio. O acumulado no ano está em 4,60% e 9,82% em doze meses. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou para 0,78% em maio. É a taxa mais alta para o mês desde 2008, quando subiu 0,79%. No ano, o IPCA acumula alta de 4,05%. Em 12 meses, houve aumento de 9,32%, acima do acumulado nos 12 meses em abril, de 9,28%. **Taxa Selic.** Sem maiores surpresas, o Comitê de Política Monetária (COPOM) deverá manter pela sétima vez consecutiva a Taxa Selic em 14,25% na reunião de junho, que marcará a despedida de Alexandre Tombini da presidência do BACEN. Em meio a aceleração do IPCA de maio e a troca de comando na instituição, o mercado espera que a última reunião do COPOM sob o comando de Tombini culmine com a manutenção da Selic, postergando a decisão de reduzir a taxa para o seu sucessor, o economista Ilan Goldfajn, cuja indicação tende a ser aprovada pelo Senado na primeira quinzena de junho. A expectativa do mercado segue indicando queda da taxa Selic para o encerramento de 2016, contudo, devendo ocorrer apenas no último trimestre do ano, especulando-se que a reunião de agosto mantenha pela oitava vez seguida a taxa Selic em 14,25%. Na última pesquisa Focus divulgada no encerramento do mês, as projeções do mercado indicam nova queda nas expectativas para 2016, passando de 13% para 12,88%. Já para 2017 manutenção das expectativas, permanecendo uma projeção de 11,25% para o fechamento do próximo ano. **Renda Fixa.** Contrariando a trajetória verificada nos últimos meses, em maio os ativos de maior prazo perderam rentabilidade no segmento de renda fixa. Os problemas enfrentados pelo novo governo e as respectivas incertezas que pairaram sobre a condução das questões políticas e econômicas do país refletiram nas expectativas de longo prazo dos investidores, fazendo com que os papéis de menor prazo voltassem a ser mais atrativos em meio a volatilidade dos preços dos ativos, em especial durante a última semana do mês. Neste período, a continuidade das investigações da operação Lava-Jato aumentou a instabilidade do governo Temer, surgindo a possibilidade de reversão do processo de impeachment pelo Senado. No acumulado do mês, a comparação entre os principais subíndices do IMA espelha o favorável desempenho dos ativos de menor prazo frente aos de maior *duration*. Enquanto o IRF-M1+ registrou retorno negativo de -0,14%, o IRF-M1 obteve rentabilidade de 1,07% em maio. No mesmo sentido, o IMA-B5+ variou -0,73% frente 0,80% do IMA-B5. A pequena aceleração do IPCA em maio e no acumulado dos últimos doze meses também favoreceu a valorização dos ativos de menor duração, levantando suspeitas no mercado acerca da real possibilidade de queda da Selic no curto e médio prazo. Apesar da desconfiança evidenciada em maio, os resultados parciais de 2016 ainda indicam a crença do mercado na redução dos juros em 2016, com os IMA-B 5+ e IRF-M1+ apresentando as maiores rentabilidades no acumulado dos primeiros cinco meses do ano, respectivamente 17,79% e 16,48%. Podemos atribuir este movimento a uma inflação maior que a esperada, à percepção de que os desafios fiscais são relevantes e como consequência de um movimento global pela alta dos títulos públicos americanos em meados do mês. O cenário político estável em relação aos meses anteriores e a composição da nova equipe econômica que foi bem aceita pelo mercado, resultou em uma menor volatilidade para o mês. **Renda Variável.** As incertezas do mercado com relação aos rumos do novo governo também impactaram o segmento de renda variável no mês de maio. O Ibovespa, obteve uma rentabilidade negativa sendo puxado pelas principais ações da Petrobras e a Vale. Notícias corporativas ruins relativas a casos de corrupção envolvendo um grande banco privado fizeram os preços de ativos caírem, junto com a percepção de que a aprovação de Ilan Goldfajn como presidente do Banco Central deve demorar mais. O Ibovespa fechou maio com perda de 10,09%, após três meses de alta. Foi o pior mês desde setembro de 2014, quando o índice teve baixa de



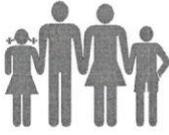
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

11,7%. Apesar disso, a Bolsa ainda acumula valorização de 11,81% no ano. Além das incertezas políticas, o mercado refletiu a instabilidades das commodities e o debate sobre a possibilidade de aumento mais cedo dos juros nos EUA. Com maiores juros no exterior, o apetite do investidor estrangeiro por ações de países emergentes torna-se menor. Em maio, o saldo acumulado de compras dos estrangeiros foi negativo em R\$ 1,4 bilhão. Em 2016, o saldo continua positivo, em R\$ 11,8 bilhões. A volatilidade da Bolsa é explicada pela fraqueza de diversos indicadores norte-americanos e a situação de instabilidade política pela queda de mais um ministro de Temer. Soma-se a isso, a notícia divulgada de indiciamento do presidente do Bradesco. As ações preferenciais da Petrobrás perderam 4,06% e as ações ordinárias caíram 3,78%. Os papéis da empresa foram influenciados pela queda nos preços do petróleo no mercado internacional. As ações ordinárias da Vale se desvalorizaram 1,14%, e as ações preferenciais tiveram baixa de 0,42%. Os papéis da mineradora foram influenciados pela queda nos preços do minério de ferro na China e por notícias de que a empresa adulterou dados sobre o volume de lama que jogava na barragem de Fundão, que ruiu em novembro e deixou 19 mortos em Minas Gerais. Em nota, a Vale disse que realizou auditoria nos dados informados anteriormente ao governo para "corrigir o que cabia" e que todas as alterações foram avisadas à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal. **MERCADO FINANCEIRO.** Após maio difícil, ordem é aumentar risco em renda fixa. Se o investidor pudesse voltar atrás, passaria maio apegado ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Contrariando todos os prognósticos otimistas do mercado, fundamentados no impeachment de Dilma Rousseff, o risco não compensou no mês. O Ibovespa perdeu 10,09%. A renda fixa mais arrojada ficou bem atrás da conservadora. Ao contrário do que se pode imaginar, alocadores de patrimônio não recomendam recuar agora, mas sim manter o nível de risco do portfólio ou até aumentá-lo. A forma preferida de fazê-lo não é via renda variável, mas juros com compra adicional de títulos indexados à inflação e prefixados. Aumentar o risco, aproveitando a queda recente. Os vencimentos preferidos para as posições são os intermediários: 2019 para prefixados (papéis com prazos muito curtos não são recomendados dado o entendimento de que o novo Banco Central pode levar um tempo para equacionar o cabo de guerra entre inflação alta e recessão forte. Talvez o Banco Central demore um pouco para ancorar as expectativas, mas possa cortar mais juro do que o mercado imagina, pela credibilidade criada) e 2024 para inflação. O entendimento é que os prazos mais longos têm retornos semelhantes e ficam excessivamente expostos ao risco político. **INVESTIMENTOS.** A recomendação é diversificar. O cenário político em ebulição, a inflação alta e as incertezas econômicas são alguns dos ingredientes que já fazem de 2016 um dos anos mais desafiadores ao investidor brasileiro da última década. E estamos apenas na metade dele. Nestes momentos de incertezas e de falta de uma resposta rápida do mercado, o investidor escolhe a segurança como o primeiro critério para definir qual será o seu investimento. Investir é correr risco e o investidor deve sempre ter claro em sua mente qual o tamanho do risco que ele está disposto a correr. Portanto, a segurança para o investidor pode ser traduzida em uma única certeza: diversifique seus investimentos. Isso significa que o investidor terá o seu recurso dividido entre diferentes opções de investimento, que estão vinculadas a distintas classes de ativos e os ganhos em algumas delas compensarão a perda em outras. Como os mercados continuaram a antecipar uma série de fatos, inclusive a possibilidade de redução da taxa Selic, a sua confirmação pode não trazer ganhos adicionais para os ativos de renda fixa e variável. No entanto, a não confirmação deles pode reverter todos os ganhos recentemente obtidos. Dessa forma, temos que continuar nos atendo aos fundamentos econômicos ruins e aguardarmos sinais mais claros no sentido de qual o melhor rumo a tomar. Para algumas consultorias a recomendação é de uma exposição de 35% aos vértices mais longos, representado pelo IMAB Total (cuja composição historicamente equivale a 35% do IMAB 5 e 65% do IMAB 5+), 30% para os vértices médios (IRFM Total, IMAB 5 e IDKa 2A) e 10% para o vértice mais curto, representado pelo IRFM 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Importante destacar que o alongamento das posições deve ser feito de forma paulatina, visando aproveitar as movimentações do mercado, que ainda poderá apresentar alta volatilidade. Mas o cenário ainda remete para alguma cautela. A **Carteira de Investimentos do IPMU** apresentou valorização dos ativos financeiros no quinto mês do ano, aumentando o patrimônio financeiro, que passou de R\$ 261.401.106,69 (duzentos e sessenta e um milhões quatrocentos e um mil cento e seis reais e sessenta e nove centavos) em abril, para R\$ 263.966.347,72 (duzentos e sessenta e três milhões novecentos e sessenta e seis mil trezentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) em maio. **Meta Atuarial.** A valorização dos ativos financeiros no mês, acarretou no cumprimento da meta atuarial: meta atuarial de 7,1784% e rentabilidade da Carteira de Investimentos de 8,2302%. **Aplicação por Segmento.** A Carteira de Títulos Públicos apresentou valorização de R\$ 5.965.984,67 (cinco



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

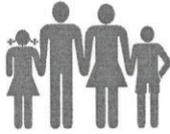
milhões novecentos e sessenta e cinco mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). Os Fundos de Renda Fixa apresentaram valorização de R\$ 12.679.675,82 (doze milhões seiscentos e setenta e nove mil seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Os Fundos de Renda Variável apresentaram desvalorização de R\$ 232.914,49 (duzentos e trinta e dois mil novecentos e catorze reais e quarenta e nove centavos). **Diversificação dos investimentos.** A análise da carteira de investimentos verificou-se que os percentuais de alocação encontram-se adequados aos objetivos projetados pela Política de Investimentos: Fundos DI (R\$ 77.670.631,61 / 29,42% do PL), Fundos IMA-B 5 (R\$ 48.022.494,81 / 18,19% do PL), Fundos IRFM 1 (R\$ 39.247.294,47/14,87% do PL), Títulos Públicos IPCA 2024 (R\$ 32.435.108,60 / 12,29% do PL), Fundos IDKA 2 (R\$ 28.656.259,02 / 10,86% PL), Títulos Públicos IGPM 2021 (R\$ 15.813.930,88 / 5,99% do PL), Crédito Privado 14/06/2016 (R\$ 5.982.756,00 / 2,27% do PL), Fundos Títulos Públicos 2019 (R\$ 5.511.392,87 / 2,09% PL), Fundos Títulos Públicos 18/08/2016 (R\$ 5.472.285,00 / 2,07% PL) e Fundos Títulos Públicos 15/08/2022 (R\$ 5.154.194,46 / 1,95% PL). **Duration das Aplicações:** 59,4884% das aplicações financeiras estavam alocadas em fundos de curto prazo e 40,5116% estavam alocadas em fundos de longo prazo. **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Todas as aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010 e de acordo com a Política de Investimentos. **Rentabilidade dos fundos de investimentos no ano:** Bradesco DI (5,47%), Bradesco Títulos 2019 (9,28%), Brasil IRFM 1 (6,2398%), Brasil IDKA 2 (7,477%), Brasil Títulos 2022 (3,627%), Caixa Brasil IPCA XII (6,283%), Caixa Brasil Títulos 2016 (5,620%), Caixa DI (5,507%), Caixa IDKA 2 (7,47%), Santander DI (5,47%), Santander IMA-B 5 (7,74%), Títulos 2021 (7,099%) e Títulos 2024 (7,029%). **Rentabilidade dos principais indicadores de renda fixa e renda variável no ano:** CDI (5,4958%), IDKA 2 (7,574%), IMA-B 5 (7,8242%), IMA-B 5+ (17,7923%), IMA-B Total (13,9474%), IRFM 1 (6,2706%), IRFM 1+ (16,4789%), IRFM Total (11,9753%), Dividendos (16,89%), Ibovespa (11,81%), Ibrx-50 (10,81%), Small Caps (7,90%) e Imobiliário (26,71%). Ato contínuo, os membros do Comitê são informados sobre o resgate do fundo de investimentos **Caixa Brasil IPCA X Renda Fixa Crédito Privado** após o período de carência, conforme **Processo IPMU/059/2016**. No dia 25/05/2016 foi resgatado o valor total do fundo: a-) valor da aplicação em 05/2011: R\$ 4.000.000,00, b-) valor do resgate: R\$ 7.899.196,00, c-) rentabilidade acumulada do fundo: 97,476%, d-) Meta Atuarial do período: 91,997% e e) valor do resgate direcionado ao fundo **BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 Títulos Públicos**. Dando sequência à pauta, iniciou-se a discussão sobre o fundo **Caixa Brasil IPCA XII Renda Fixa Crédito Privado**, conforme **Processo IPMU/078/2016**. O IPMU, em 06/06/2011 iniciou aplicação no fundo com investimento de **R\$ 3.000.000,00** (três milhões de reais). Com o encerramento do fundo, que ocorrerá em 14/06/2016, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar para onde deverá ser direcionado o recurso. O mercado financeiro segue volátil por conta dos desdobramentos políticos. O cenário político tem cada vez mais influenciado os preços dos ativos no Brasil, sofrendo efeito boato-fato. Vivemos em um momento de ser conservador, considerando que não sabemos o rumo que tomará a economia no curto e médio prazo. Enquanto a economia não der sinais claros de que as coisas começaram a melhor, os analistas seguem cautelosos. Desde 2011, as NTN-Bs vêm de valorizando bastante, em função da queda nos juros reais. Como parte da remuneração é prefixada e a outra é pós-fixada à inflação, o comportamento dos preços desses títulos é de alta quando a taxa Selic está em queda. Para alguns analistas, em função da pressão inflacionária, o mais indicado é um fundo que tenha como parâmetro o IMA-B, que investe em papéis de prazos mais curto. Os papéis mais longos que seguem o IMA-B 5+ é muito arriscado para o momento. Os papéis mais curtos são menos voláteis. Na hora da marcação a mercado, o impacto da expectativa de inflação nesses títulos é menor. Seja como for, os fundos de inflação têm uma qualidade atemporal: a proteção do patrimônio contra a inflação. Faz com que o investidor não perca seu poder de compra no médio e longo prazo. O cenário econômico brasileiro não oferece uma perspectiva clara para o investidor sobre a retomada do crescimento do país. Essa falta de nitidez do mercado naturalmente leva o investidor a optar pela segurança na hora de investir em vez de utilizar as informações históricas sobre rentabilidade como o primeiro critério de tomada de decisão. Na aplicação dos recursos do correspondendo a aproximadamente 2% do Patrimônio do IPMU, deve-se buscar maior diversificação e maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto e médio prazo e principalmente o perfil conservador do IPMU. Ajuste pontual e técnico dos investimentos, que em razão das condições macroeconômicas ainda voláteis, a concentração da alocação dos recursos em fundos com prazo médio menor trazem menos risco à carteira de investimentos com razoável potencial positivo de retorno. Busca da conservação da Carteira de Investimentos e melhor performance, pois apesar do conservadorismo, é



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

necessário agregar algum risco para alcançar uma rentabilidade melhor na gestão dos fundos e carteiras de renda fixa. Desta forma, dentre os fundos que compõe a carteira de investimentos do IPMU, os fundos atrelados ao “**IMA-B 5**” e “**IDKA 2**” apresentam a relação risco x retorno mais atrativo entre os diferentes componentes dos Índices IMA, além de se mostrar como uma ótima ferramenta de proteção contra surpresas inflacionárias. Protegem a carteira do risco inflacionário, tendem a se beneficiar da alta das suas inflações implícitas, tem potencial de cumprimento da meta atuarial, apresentam menor volatilidade em relação aos IMA’s longos, o que favorece os investidores conservadores. Analisando os fundos que apresentam estas características dentro da carteira de investimentos do IPMU, destacamento 03 (três) fundos de investimentos: BB Previdenciário RF IDKA 2 Títulos Públicos, Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2 Títulos Públicos Renda Fixa LP e Santander FI IMA-B 5. Se levarmos em consideração a **diversificação de indicadores** (17,70% alocados em IMA-B 5 e 7,74% alocados em IDKA2), **diversificação de gestores** (R\$ 73.091.750,05 – 27,96% do PL alocados junto a Caixa Econômica Federal/ R\$ 49.766.429,48 – 19,04% do PL alocados junto ao Santander/ R\$ 49.019.778,27 – 18,75% do PL alocados junto ao Banco do Brasil), **patrimônio do fundo** (R\$ 5.992.971.0001,96 fundo BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 Títulos Públicos/ R\$ 3.577.824.015,40 fundo Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2 Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo/ R\$ 1.378.354.848,36 fundo Santander FI IMA-B 5 Renda Fixa) e **número de cotistas** (722 fundo BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 Títulos Públicos/ 570 fundo Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2 Títulos Públicos Renda Fixa Longo Prazo/ 305 fundo Santander FI IMA-B 5 Renda Fixa), foi aprovado por unanimidade que o fundo **BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 Títulos Públicos**, deverá receber os recursos. Apesar da Consultoria Risk Office sugerir que os recursos deveriam ser alocados em fundos “**DI**”, onde ainda possui espaço e como o proprio boletim focus demonstra, deve fechar na média em no mínimo 14% no ano, este movimento poderia ser realizado através de migração entre fundos “**IRFM 1**”, considerando que no cenário atual a expectativa de redução da taxa Selic mudou, com a probabilidade de ocorrer somente no fim do ano, conforme dados do mercado financeiro. A definição do início de um processo de afrouxamento monetário, dependerá da composição da nova diretoria do Banco Central. Para analistas, dificilmente a autoridade monetária iniciará um corte de juros durante o período de transição do comando do Banco Central. Dessa forma, os fundos préfixados que se beneficiam de uma possível redução da taxa de juros, tendem a ter um retorno inferior aos fundos com taxas pós-fixadas. Ato contínuo, passou-se a análise referente ao processo **IPMU/081/2016, que trata de informações envolvendo representantes do Banco Bradesco**. No decorrer do mês de maio foram divulgadas informações sobre operações do Ministério Público Federal com relação a Banco Bradesco. O Ministério Público Federal no Distrito Federal divulgou relatório da Polícia Federal que indicia o presidente do Bradesco, Luiz Trabuco, e outras nove pessoas no âmbito da Operação Zelotes, que investiga a venda de sentenças do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). O indiciamento da Polícia Federal aponta os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa, tráfico de influência, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Após a divulgação da notícia, as ações do banco chegaram a cair 5%. Além de Trabuco, a Polícia Federal indiciou outros dois executivos do Bradesco: um dos diretores vice-presidentes, Domingos Figueiredo de Abreu, e o diretor gerente e de relações com investidores Luiz Carlos Angelotti. Os demais indiciados seriam ligados ao Carf e ao escritório de consultoria. A Zelotes suspeita que o banco tenha negociado a contratação de serviços de um escritório que atuava para corromper conselheiros do Carf e livrar ou atenuar multas no órgão. Em nota, o Bradesco diz que o indiciamento “toma de surpresa” a administração do banco, “considerando que os dois diretores foram ouvidos apenas como testemunhas e o presidente da companhia sequer foi ouvido”. Dois de seus diretores prestaram depoimentos à Polícia Federal em São Paulo. Eles esclareceram que foram procurados por escritório de assessoria tributária, que se ofereceu para advogar uma questão fiscal junto ao Carf, mas que desses contatos não se efetivou qualquer proposta, contratação ou pagamento. O Bradesco acrescenta que foi derrotado por 6 votos a 0 no julgamento do Carf e que o processo está submetido à Justiça. A companhia esclarece ainda que Trabuco não participou de qualquer reunião com o grupo citado. O mérito do julgamento se refere a ação vencida pelo Bradesco em todas as instâncias da Justiça, em questionamento à cobrança de adicional de PIS/Cofins. Esta ação foi objeto de recurso pela Procuradoria da Fazenda no âmbito do Carf. A notícia caiu como uma “bomba” para os papéis da empresa. Isso levou a uma perda de valor de mercado de R\$ 7,108 bilhões apenas nesse período. As investigações mostraram que o grupo investigado por corromper integrantes do Carf conversou com executivos do banco a respeito de um “contrato” para anular um débito de R\$ 3 bi com a Receita Federal. De acordo com a consultoria financeira, **RISK FFICE**, não se vê risco sobre as aplicações no banco Bradesco. As notícias vinculadas, tratam da

5/6



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

pessoa Luiz Carlos Trabuço, e não devem afetar a instituição. Atualmente o IPMU possui **R\$ 42.069.550,17** (quarenta e dois milhões sessenta e nove mil quinhentos e cinquenta reais e dezessete centavos) aplicados em 02 fundos de investimentos, representando 15,94% do patrimônio: Bradesco Premium FI Referenciado DI (R\$ 36.008.359,49 / 13,85% PL) e Bradesco Institucional FI Renda Fixa B Vértice 2019 (R\$ 5.511.392,87 / 2,09% PL). De acordo com a análise dos membros do Comitê de Investimentos, o IPMU pode manter as aplicações (tendo como base dentre outros motivos, a independência das atividades do Banco com a gestora do grupo) ou resgatar os investimentos (tendo como base a possibilidade de perdas decorrentes de a instituição ter seu nome desgastado junto ao mercado ou às autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não). Após diversas considerações, foi aprovado por unanimidade a manutenção das aplicações junto ao Banco Bradesco, mas a situação deverá ser monitorada. A decisão deverá ser submetida a ratificação do Conselho de Administração na reunião ordinária do dia 15/06/2016.

DELIBERAÇÃO FINAIS. Reformulação da carteira de investimentos, buscando maior diversificação e maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto e médio prazo e principalmente o perfil conservador do IPMU. Ajuste pontual e técnico dos investimentos, que em razão das condições macroeconômicas ainda voláteis, a concentração da alocação dos recursos em fundos com prazo médio menor (IDKA 2 e IMA-B5) trazem menos risco à carteira de investimentos com razoável potencial positivo de retorno. **1-) Fundos DI.** Os membros do Comitê de Investimentos entendem que o cenário econômico ainda continua com as mesmas perspectivas quanto às incertezas do rumo político e econômico, sendo necessária prudência nas estratégias de investimentos. Entretanto é necessário buscar algum risco para alcançar uma rentabilidade melhor na gestão dos fundos de investimentos. Dessa forma foi aprovado por unanimidade o resgate de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do Bradesco FI Referenciado DI Premium com aplicação de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no fundo Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2 Títulos Públicos Renda Fixa LP e aplicação de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no fundo Santander FIC IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa. **2-) Fluxo de Caixa.** Para cumprimento dos pagamentos a folha dos inativos e despesas administrativas, o resgate deverá ocorrer em fundos de investimentos de curto prazo DI/CDI. **3-) Fundos IMA-B 5.** Os créditos que o IPMU receberá com relação as contribuições previdenciárias, Comprev e parcelamento da dívida previdenciária deverão ser direcionados ao fundo o Santander FIC IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa. A aplicação no segmento justifica-se pela tendência de estabilidade ou até mesmo queda da taxa de juros o que poderá influenciar na performance do fundo no curto prazo. **4-) Novas movimentações.** Não realizar outras movimentações, devendo acompanhar o desempenho dos fundos até a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Cícero José de Jesus Assunção

Flávio Bellard Gomes

Silvia Moraes Stefani Lima

Sirleide da Silva